

Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais
Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas

HERCULANO. LUIZ FERNANDO HERCULANO

**A contribuição dos CEUS na cidade de São Paulo para a qualidade da
educação:** Cultura e Arte-educação no processo de inclusão e ensino
aprendizagem. A trajetória do movimento da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim

São Paulo

2014

HERCULANO. LUIZ FERNANDO HERCULANO

A contribuição dos CEUS na cidade de São Paulo para a Qualidade da Educação: Cultura e Arte-educação no processo de inclusão e ensino aprendizagem. A trajetória do movimento da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Comissão Avaliadora como exigência parcial para obtenção do certificado de conclusão do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão e Políticas Públicas, pela Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais, da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

Orientador: Luis Fernando Vitagliano

São Paulo
Abril de 2014

A contribuição dos CEUS na cidade de São Paulo para a Qualidade da Educação: Cultura e Arte-educação no processo de inclusão e ensino aprendizagem. A trajetória do movimento da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim

DEDICATÓRIA

A minha querida mãe que na sua humilde sabedoria mesmo não sabendo ler ou escrever, soube orientar seus treze filhos da importância da longa busca do conhecimento, sempre dando força moral para continuar, mesmo com as dificuldades de ter que criar-los sozinha pois ficou viúva muito cedo. A tia Maria Clemente, que desde muito cedo me dava importantes conselhos e não me deixou seguir outros caminhos, pois me dizia sempre que um dia eu chegaria onde quisesse, não importando as dificuldades que encontraria. Aos meus filhos que amo muito, mesmo fazendo a opção de deixá-los para seguir o caminho do conhecimento e da busca incessante de encontrar sentido na sociedade, na política, ou seja, para mim “sentido na vida” por desacreditar que a vida era construída pelo determinismo. A “Lia”, minha ex-companheira que deixei passar noites sozinha, enquanto estivemos juntos, mesmo comigo por perto mergulhado nos livros e nas pesquisas, caminho trilhado que não consegui, abandonar, tentando compreender sem orientação de professores, “o que é o mundo, a política, a filosofia, as crenças e tudo mais que a humanidade “criou” para dar sentido da complexidade do mundo, buscando respostas para compreendê-lo. Aos, amigos e colegas que de sua maneira contribuíram com este trabalho. Aos companheiros da DRE-CL (Diretoria Regional de Ensino de Campo Limpo), do CEU's “Cantos do Amanhecer, Guarapiranga e Vila do Sol”; aos militantes da “cultura” por trilhar juntos o longo caminho de acreditar na arte-educação como possibilidade de “colaboradora” do processo “ensino-aprendizagem” e da construção de um projeto público. Enfim, aos alunos que se tornaram “verdadeiros amigos”, que souberam compreender o “sonho” e quebraram as “barreiras” da trama da “prática” que se instalou nas escolas da região de “passar sem saber” por ter me dado o prazer de vê-los na universidade ou com formação na carreira que escolheram. Meus sinceros agradecimentos e espero que este trabalho possa contribuir para a reflexão da potência da escola de valorizar o “pensamento crítico”, de perceber a contradição social e a necessidade de construir o ideal de uma sociedade mais justa baseada no direito e na participação para construir a “Cidadania Plena” pensando no futuro e manutenção da “Democracia”.

AGRADECIMENTOS

A minha mãe (in memória) que na sua humilde sabedoria mesmo com as dificuldades sempre incentivando para continuar acreditando na importância do conhecimento.

Ao fiel amigo de debates “Anderson”, no Grupo da “*Cátedra Paulo Freire*” que me dá continuamente ferramentas, inspiração e mais folego para continuar na caminhada dos estudos em educação, Gestão Democrática e Participativa e cultura.

Aos meus professores, mestre e amigos de toda hora, que me orientaram para encontrar o melhor caminho de encontrar os objetivos, a metodologia e desenvolvimento da pesquisa.

A contribuição dos CEUS na cidade de São Paulo para a Qualidade da Educação: Cultura e Arte-educação no processo de inclusão e ensino aprendizagem. A trajetória do movimento da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim

SUMÁRIO

1. Introdução (Apresentação)	
A Invisibilidade da Periferia (saber)	pág 7
2. Desenvolvimento	pág 12
2.1 - Casa Popular de Cultura: Construindo Caminhos de Políticas Públicas e de Participação Social. A Experiência de M' Boi Mirim	
2.2 – Construindo caminhos de Gestão Democrática: da invisibilidade ao CEU . Os Conselhos e a Gestão Compartilhada	pág 16
2.3 – A (in)visibilidade da cultura nos CEUs	pág 21
3. Conclusão (Considerações finais)	pág 26
4. Anexos	
4.1 – Histórico Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim	pág 30
4.2 - Imagens/Fotos do CEU Cantos do Amanhecer	pág 42
4.3 - Imagens/Fotos da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim	pág 50
5 Referências Bibliográficas	pág 57

A contribuição dos CEUS na cidade de São Paulo para a Qualidade da Educação: da Cultura e Arte-educação no processo de inclusão e ensino aprendizagem. A trajetória do movimento da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim

RESUMO

O presente trabalho é parte de um projeto que pretende inicialmente analisar a trajetória da busca por participação popular e afirmação da cultura como colaboradora no processo ensino-aprendizagem e por políticas inter-secretarias, principalmente entre as Secretarias de Educação e Cultura; na Casa Popular de Cultura, localizada Região do extremo-Sul da Cidade de São Paulo anterior ao do modelo de educação implantado na cidade de São Paulo, com a criação dos CEUS – Centro de Educação Unificada a primeira ideia na gestão da Prefeita Marta Suplicy (PT). Onde o ideal de cultura, educação e esporte compartilham de espaço, por convenção foi prerrogativa da educação, o processo de ensino/aprendizagem. O modelo apostou na perspectiva de outra concepção de educação compartilhada com outras linguagens, como possibilidade de reparar um dos problemas sociais recorrente nas escolas, e busca respostas do papel da educação. Desta forma, este ideal popular colaborou na implantação de políticas públicas que tem orientado as políticas públicas de Educação e Cultura para os CEU's e outros espaços públicos e participação popular na gestão dos equipamentos e por direitos sociais e política pública na Cultura.

Palavras-chave:

cultura – participação popular – justiça social – educação de qualidade – qualidade social

A contribuição dos CEUS na cidade de São Paulo para a Qualidade da Educação: Cultura e Arte-educação no processo de inclusão ensino aprendizagem. A trajetória do movimento da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim

1. Introdução (Apresentação)

A Invisibilidade da Periferia

A cidade de São Paulo foi no período do governo da prefeita Marta Suplicy palco da mais ousada intervenção na educação pública que pretendeu dar respostas para o “grave” problema que o modelo “tradicional” de educação implantado que, por um momento pretendeu apontar soluções para a “pouca aprendizagem” e as questões de ensino, meio aos pensamentos políticos que deixou marcas profundas de desigualdades e exclusão, tanto sociais quanto de aprendizagem com urgência de correção. Diante da questão marcada por uma herança que provocou a(s) exclusão (ões), a cidade viveu e vive uma história plural, que pode ser dividida em dois momentos históricos, antes e depois da implementação dos CEU's - “Centro de Educação Unificada”.

Apesar de competir com os maiores centros financeiros do mundo e do seu “gigantismo”, historicamente a cidade de São Paulo convive ao mesmo tempo com uma periferia em situação de pobreza extrema, poucos ou quando não, a falta de equipamentos públicos de cultura, lazer, educação, saúde, que ficam concentrados na região central da cidade.

Este processo foi provocando uma defasagem de ofertas nos bairros distantes do centro, percebendo as mudanças históricas na economia, mas que precisa de um olhar científico, mais profundo conforme sugere o economista e professor Márcio Polchmam (2014):

Temos hoje uma percepção clara de que vivemos em um mundo muito diferente daquele que encontramos relatado nos livros, ou com o qual interagimos há cerca de 20 ou 30 anos. É um mundo que tem uma mola transformadora poderosa na economia, como costuma acontecer, mas que só pode ser entendido se formos além da economia.¹

Desta forma, o acesso aos bens sociais seguiram caminhos opostos da ideia de desenvolvimento da economia,, em palestra conferida no fórum “Ideias para o Brasil” e na

¹ Palestra proferida no fórum ideias para o Brasil no Hotel em mes 2013 e consulta: <http://marciopochmann.com.br/artigos?npage=1>

abertura deste curso em 2013, na cidade de São Paulo, ao comentar que o “Mapa da Exclusão Social”, o professor demonstra outra forma de análise que julga mais elaborada e apresenta outras “chaves” para compreender o momento e a questão colocada e continua; “...é prova que houve a valorização do olhar econômico e um “*relachamento*” nas questões sociais, sendo que o ideal de desenvolvimento não foi acompanhado pela implementação de políticas públicas que desse cabo de pleno acesso aos bens sociais a todos os cidadãos...”, ele afirma ainda em seus estudos que; “...”, “... este processo provoca uma distância entre o ideal republicano de “democracia plena” e direitos sociais...”

Para ele, o Mapa mostra mudanças significantes e ao mesmo tempo denuncia e aponta um diagnóstico para que a cidade repense o modelo de políticas públicas necessária em sintonia com esta realidade invertendo o processo histórico apresentado nele, como uma questão “complexa” diferenciada do olhar puramente econômico, o desafio da inclusão, considerando os fatores de outros campos sociais de análise;

*Temos hoje uma percepção clara de que vivemos em um mundo muito diferente daquele que encontramos relatado nos livros, ou com o qual interagimos há cerca de 20 ou 30 anos. É um mundo que tem uma mola transformadora poderosa na economia, como costuma acontecer, mas que só pode ser entendido se formos além da economia.*²

Se de fato o Brasil cresceu como se explica a exclusão social nos entes federados? É possível, mesmo com pouco esforço desfiar a trama que faz desviar a análise que parece mais se aproximar do senso comum. E o professor continua:

*Hoje, não dá simplesmente para dizer que a economia tem poder de determinação sobre os diferentes aspectos da vida, pois a vida é complexa demais e escapa de determinações unilaterais. Não é pelo registro simplificado de que estamos em uma nova fase de acumulação do capital, por exemplo, que conseguiremos estabelecer um diagnóstico preciso da época em que nos encontramos, por mais que seja decisivo considerar o capitalismo.*³

Ele continua chamando nossa atenção e olhar no trato de fenômenos absolvidos pela sociedade, que percebia um determinismo social, tal qual a economia. Para ele a “simplificação” da análise deixa passar despercebida a exclusão social, e recomenda:

*Temos de considerar com atenção redobrada o modo de vida sócio-cultural e pensar, a partir dele, as formas da política e da gestão. Há uma determinação econômica, com certeza, mas ela está sempre sobredeterminada pelos fatos não imediatamente econômicos.*⁴

Nesta perspectiva, a relevância deste estudo sobre o CEU - Centro de Educação Unificada, educação, currículo, unidades educacionais, foi compreender as mudanças provocadas pelo modelo implantado na gestão da prefeita Marta Suplicy, do movimento que se formou na

² idem

³ idem

⁴ idem

busca de políticas públicas na “cultura” e de “qualidade social” na educação na Região de M’ Boi Mirim, extremo sul da cidade de São Paulo. Propõe desafiar repensar a inversão do modelo de exclusão e buscou o reconhecimento da cultura como “inclusiva” e sua contribuição para repensar educação e cultura, anterior a implantação dos CEU’s.

Esperamos que este trabalho ajude a responder algumas das questões de um problema “complexo” que aponte caminhos e provocar outras tais como: *“este modelo incentiva o aluno ao exercício da cidadania?”*, *“Que medidas devemos tomar para enfrentar o “ideal de cidadania Plena”?* Para responder (problematizar) essa questão sugerimos refletir sobre: a) *O que é uma escola de qualidade?; Como garantir a qualidade na educação?; b) Qual o envolvimento da comunidade escolar nas decisões que norteiam o processo ensino e aprendizagem? E se este projeto contribuiu positiva ou negativamente marcando os sujeitos no processo educativo?* E principalmente sobre a “qualidade” na educação.

Como também pensar na concepção do trabalho integrado da educação com a cultura, esporte, lazer e recreação, anteriormente invísiveis na compreensão do processo ensino-aprendizagem mas: *se esta política busca construir instrumentos de uma educação emancipadora e inclusiva numa sociedade excludente e contraditória?*

Para a Secretaria Municipal de Educação da cidade a Função social dos CEUs é:

CEU é um equipamento multifuncional que visa fortalecer políticas públicas voltadas à educação integral do cidadão, por meio da articulação de linguagens e manifestações humanas socialmente desejáveis, orientado por princípios de garantia de direitos , inclusão, participação social e inserção territorial , e tendo como referência a idéia de cidade educadora.⁵

E tem como função social objetivos valores que propiciam a inversão daquilo que o professor Marcio Polchman denuncia, pois para a Secretaria de Educação do Município paulista estes são os objetivos em sua primeira formação:

Objetivos do CEU: I- Oferecer às crianças, adolescentes e adultos a oportunidade de freqüentarem um espaço criativo de construção do conhecimento; II- Ser um pólo de incentivo ao desenvolvimento educacional, cultural e esportivo da comunidade; III- Ser um pólo de experiências educacionais inovadoras; IV- Ser um centro de promoção de equidade social de seus usuários.⁶

É possível perceber nestes objetivos a “intensão” de transformar este espaço num local de aprendizado diferenciado onde estejam presentes todos os valores do conhecimento

⁵ FIA- Programa de Formação em Planejamento dos CEUs - Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura do Município de São Paulo – setembro – dezembro 2013

⁶ idem

humano incluindo valores ainda identificados como negativo, “a cultura”. E mais que isto, na prática esta “experiência humana”, baseada na “técnica” da experimentação é percebida como “potência” no processo ou ainda é invisível e considerada “mero entretenimento”?

Para tanto, na trajetória da pesquisa achamos oportuno apresentar a experiência e contribuição no processo, tanto de reconhecimento do fazer cultural, a afirmação e interesse dos movimentos da Casa Popular de Cultura e a sua contribuição no processo ensino-aprendizagem, bem como colocando a cultura como um “direito” e uma ferramenta capaz de debater o “exercício da cidadania plena”.

Vale resaltar que o histórico da Casa Popular de Cultura M’ Boi Mirim⁷, apesar de um longo, deu pistas de como os movimentos de cultura da região se lançaram junto ao poder público propondo uma atuação mais consistente para apontar soluções diversas, inclusive dos problemas da educação, saúde, transporte dentre outras necessidades da população que buscou mais presença do Estado e políticas públicas.

As ideias de participação popular, de conselhos a defesa de uma diretoria eleita para uma gestão da “entidade” e do espaço público. Organização que desde início se organizou na busca de espaços públicos de cultura e lazer e da implementação de políticas públicas como “direito social”.

Este grupo defende a apropriação de espaços públicos gerido em conjunto com o poder público, contudo, sua concepção de gestão, de uma “organização social” e uma diretoria eleita, distoa da ideia pública de “conselhos gestores”, por suas experiências com as mudanças de “governo” e as dificuldades destes “gestores” de um trabalho conjunto.

Ao longo de sua existência as diretorias da Casa Popular de Cultura M’ Boi Mirim, acumula experiências, negativas e positivas com a(s) “gestão pública”. Avanços e conquistas foram conseguidos com as administrações mais democráticas principalmente nos “governos” que valorizam a democracia.

Mas, o processo de acumulação, experiências e praticas necessitou de resistencia, tanto para manter os avanços obtidos, como para a permanência da população na gestão do espaço e muitas vezes foi necessário acampamento no espaço e a mobilização popular para garantir, tanto a apropriação do espaço, como para a continuidade dos trabalhos desenvolvidos.

⁷ Histórico da Casa Popular de Cultura, documento anexo página 30.

2. **Casa Popular de Cultura:** Construindo Caminhos de Políticas Públicas e de Participação Social. A Experiência de M' Boi Mirim.

A escolha desta experiência partiu, primeiramente por ter conhecido o trabalho mas, também porque a trajetória desde sua construção deixa pistas que foram importantes para pensar nos caminhos que a ideia de participação social percorreu, mas vale resaltar que ganham forças em Governos Democráticos e Populares.

A ideia de falar da *(in)visibilidade*, tratada desta maneira, tem o propósito de pensar que mesmo não sendo reconhecidos, os movimentos estiveram sempre presente. Suas manifestações pela construção de Participação Cidadã em Políticas Culturais e Sociais, como o exemplo da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim travam constantes “batalhas” para implementação de trabalhos e da Participação Popular.

Sem prejuízo do ideal primeiro da Gestão compartilhada por uma “entidade”, “ONG” diretoria eleita, uma das experiências das diretorias da “Casa Popular” e dos grupos foi a participação nas escolas da região, a partir da década de 1980, período do “*meu*” retôrno no espaço depois que ter participado dos movimentos sociais que estavam ascendendo, principalmente o movimento sindical e movimento negro e a construção de ideais de participação popular.

Vale ressaltar que este período é bastante estudado com diversas publicações que apresenta a presença dos movimentos sociais e a re-democratização do país. Os movimentos buscavam não só a construção de *outra ordem social* diante do “regime militar” e também constroem na Casa Popular de Cultura um espaço que potencializou, não só a formação política, como foi constrindo um ideal de cultura e defesa da cultura popular como ferramenta de contribuição social e de conhecimentos.

Nos anos de 1985 a 1990, a Casa Popular implanta o projeto que em parcerias com as escolas do entôrno e buscou ligar o conhecimento difundido nas escolas com o fazer cultural. Neste projeto as atividades (oficinas) eram de “capoeira, dança afro, maculêle, teatro, violão”, e outras conforme apresenta o historico anexo, desenvolvida com pessoas da comunidade que voluntariamente se dispunham um trabalho integrado.

Vale ressaltar que neste período a população da região de M' Boi Mirim vinha passando por uma situação social bastante difícil, pois era considerada uma das “regiões mais violentas” da cidade.

A questão da “*violência*” fez os grupos e movimentos se colocarem na busca de solucionar e enfrentar o problema. Nas escolas, que naquele momento pareciam isoladas da questão social, a “*violência*” foi uma das situações que se voltaram para dentro de seus muros, nesta busca de solução, parcerias foram feitas.

Desta forma, o projeto que além de levar para as escolas atividades hoje conhecida por arte-educação (capoeira, teatro, música, dança e outras atividades), orientadas pela Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim, também traz os alunos para as atividades que eram organizadas pela “gestão” do espaço, que muitas das vezes era de decisão da “diretoria”, pois os funcionários da Prefeitura muitas vezes eram barrados pela compreensão “*legal*” do processo.

Criação de Políticas públicas

No “Recreio nas Férias”, que oportunizou a criação de atividades de arte-educação e cultura para a comunidade em período que estivesse em férias, implantado nas escolas da cidade de São Paulo no Governo Marta Suplicy (PT) e da defesa de uma gestão compartilhada. Mas é possível perceber que este grupo vai além, defende também a “entidade”, ONG-Organização Não Governamental no espaço público, pois segundo eles, garante a permanência da comunidade local em períodos de “Governos pouco Democrático”.

Iole Ilíada da fundação Perseu Abramo afirma que: “...*Nos últimos dez anos o Brasil mudou, aliando crescimento contínuo da economia com redução da desigualdade de renda e diminuição das desigualdades sociais. Alterou a rota até então traçada pelos que sempre o comandaram*⁸. Mas ao problematizar concluir que este crescimento atingiu poucos e deixou passar despecebido as relações sociais nos bairros mais distantes dos centros comercial e desenvolvido da cidade.

Não se tem dúvidas que as mudanças históricas que ocorreram no Brasil. Na capital paulista ao perceber esta contradição o Governo de Marta Suplicy, do Partido dos Trabalhadores

⁸ <http://www.fpabramo.org.br>

em 2005, inaugura o processo de contratação de trabalhadores (as) da cultura, fora do processo de “concurso público” demonstra como sugere a professora Iole: “... Ousou, inovou, e fez surgir, dentro e fora do país, uma nova imagem: a de um território de mudanças e conquistas.”⁹, o Governo então, vislumbra o ideal de crescimento econômico com olhar mais social alterando a rota do pensamento praticado por governos anteriores.

Vale resaltar que se pode avaliar como “avanço”, pois a partir deste momento pode ser considerado o divisor histórico tanto ao movimento cultural na cidade, como para o governo comandado por Marta Suplicy (PT). Estes processos além de facilitar a contratação dos que produzem cultura na região e na cidade como “oficineiro” nas diversas linguagens da arte-educação e da cultura popular, abre caminhos para o debate do fazer cultural e as oportunidades deste campo para crescimento da cidade e do país.

Muitas questões ainda pairam. Ao implantar este processo é garantida a manutenção destes avanços ou como garantir que a arte-educação colabora no processo ensino-aprendizado? Ao trazer o longo caminho da experiência da Casa Popular de Cultura, foi propondo que, nele é possível perceber que os movimentos culturais ainda tem desafios na construção de Políticas Públicas de Cultura e Educação.

É possível também perceber que o caminho da Participação Cidadã é um caminho importante a seguir, por ser reivindicação histórica dos movimentos populares e da cultura. Pois para Iole afirma: “... *Dizer que o Brasil mudou e melhorou não significa que nossos problemas históricos tenham sido resolvidos.*” O documento remete uma dupla leitura e interpretação, o da permanência, das mudanças sociais e de pensamento e que os problemas são resolvidos na percepção da contradição.

Iole sugere que:

“...A inserção subordinada e dependente na economia mundial, os anos de conservadorismo, ditaduras e autoritarismo e a ação das elites econômicas liberais e neoliberais marcaram estruturalmente o país por cerca de 500 anos, desta forma é preciso olhar o passado histórico do pensamento ancorado nos acontecimentos do presentes, e continua; “...produzindo desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas.”,¹⁰

Para ela este passado deixou heranças complexas dos grupos que sempre comandaram e estiveram no poder de decidir os caminhos para tornar o país próspero e estas precisam ser solucionadas.

⁹ idem
¹⁰ idem

A contradição percebida pelo movimento da Casa Popular de Cultura da herança social histórica, buscam reparação por políticas públicas e mais presença do Estado na área cultural, avanços significativos começam acontecer com a implantação de programas da Secretaria de Cultura, como por exemplo, Projeto Vocacional e PIA (Programa de Iniciação Artística)¹¹.

Se no passado os educadores populares eram (in) visíveis para o poder público, e em outros tratados de arte-educadores e hoje com os programas Vocacional e PIA são contratados e considerados “Orientadores de Aprendizagem”. No mesmo período o projeto “EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística”, também (in) visível foi um projeto resgatado no mesmo governo que dava visibilidade para as reivindicações históricas da cultura popular.

Esses programas, EMIA¹² – Escola Municipal de Iniciação Artística, Vocacional e PIA- Programa de Iniciação Artística e Casa Popular de Cultura não serão tratados individualmente neste trabalho em sua profundidade, pois estes merecem um capítulo a parte, mas também deixam pistas da contribuição da Casa Popular de Cultura para sua implementação, ampliação e difusão.

Eles nos dão pistas do ideal popular do próximo capítulo onde tratamos do CEU-Centro de Educação Unificada e os desafios para a construção de uma Gestão Democrática, Participativa e compartilhada.

¹¹ Criado em 2005 no governo Marta Suplicy

¹² Programa existente desde os anos 1980

2.1 – Construindo caminhos de Gestão Democrática: da invisibilidade ao CEU. Os Conselhos e a Gestão Compartilhada

“Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública.”¹³
Anísio Teixeira

O ideal de Anísio Teixeira corrobora com a busca de construir nas escolas do entorno ideais de direito aos bens culturais, a necessidade de encontrar caminhos para mudar a forma, *de local violento*, como era conhecida a região. Isto fez com que os movimentos da região e da Casa de Cultura de M' Boi Mirim trouxesse questões provocariam reflexões sobre os equipamentos públicos existentes na região, já que a gestão destes equipamentos pareciam isentos dos acontecimentos.

Neste contexto, ideais de Conselhos e Gestão Compartilhada foram se desenvolvendo meio aos problemas que a população passava e os gestores públicos pareciam não se dar conta da sua perplexidade e complexidade. Em reuniões e plenárias organizadas em diversos espaços, a questão foi sendo problematizada, tal como: Qual a principal função dos Conselhos e quais os seus limites de atuação?

Estes ideais foram sendo percebida a necessidade da existência de espaços de participação em seu interior, já que os espaços além de ser públicos deviam cumprir a função de “*servir*” a população nas suas necessidades e para que os segmentos escolares possam exercitar a prática democrática e luta por mais Estado e Democracia. Nas Escolas, esses movimentos influenciaram político-pedagogicamente na prática educativa e no processo ensino-aprendizagem, contribuindo com a prática da cultura.

Nestes encontros a figura e ideias de Paulo Freire faziam parte do debate destes grupos, que teve como contribuição os conhecimentos de profissionais da educação e pessoas de igrejas, reflexão que ajudou a construir noções de “sujeito, diferença, pluralidade social e cultural, respeito às diferenças” e muitos outros e o conhecimento do projeto político e pedagógico dos espaços escolares da região.

¹³
Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepara as democracias. Essa máquina é a da escola pública. (Anísio Teixeira)

Frases e Citações de Anísio Teixeira

Acrescentando ao debate a questão da melhoria da qualidade do ensino, buscavam auxiliar o trabalho pedagógico com propostas que ligavam a cultura e educação, que foram sendo desenvolvidos, primeiramente nas escolas do município e logo após com escolas do Estado no entorno da Casa Popular de Cultura, buscando o sentido mais adequado de uma educação emancipadora segundo o *pensamento Freireano*. E nele foi sendo defendido como um processo a questão do ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento como processo coletivo e o conhecimento popular, não acadêmico como potencialidade.

Vale salientar que não faltaram debates sobre acompanhamento, avaliação e desempenho descontextualizada do aluno. Sendo proposto identificar outros aspectos a serem contemplados na avaliação, tais como: os mecanismos utilizados na gestão democrática da escola; as condições da escola para uma aprendizagem relevante; o contexto social no qual a escola está inserida; a atuação do professor no processo educativo; para pensar significativamente em *desempenho escolar* dos estudantes.

Para tanto, os encontros foram organizados em espaços escolares e não escolares. Igrejas, salão comunitários, sociedades amigos, grupos de mulheres e outros movimentos que se interessavam em debater, encontrar caminhos e defender a o potencial da cultura frente aos problemas sociais.

Segundo Paulo Freire, a escola sozinha não daria conta de resolver todos os seus problemas de aprendizagem frente aos problemas e mudanças sociais e o seu papel principal, desta forma convida os interessados a repensar este papel social, destacando:

“Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.”¹⁴

Paulo Freire

¹⁴ http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619%3Apublicacoes-dos-conselhos-escolares&catid=195%3Aseb-educacao-basica&Itemid=859

Para o MEC – Ministério da Educação e Cultura o movimento pelos conselhos e por participação nasce no bojo do movimento por mais democracia e encontra amparo no próprio movimento popular por uma gestão compartilhada e por *mais* presença do *Estado*:

Observamos que a principal função do Conselho de Escola é agir como instrumento que facilite o processo democrático no espaço escolar. No bojo de seu nascimento, dentro dos movimentos de participação popular e manifestações das “Diretas Já”, os conselhos nasceram almejando essa participação no seio dos espaços públicos (especialmente os ligados à ação social) e em especial, das escolas.¹⁵

Partindo deste pressuposto, o reconhecimento histórico travado por estes movimentos pode ser um passo para garantir essa participação nos conselhos de escola, atualmente, torna-se um grande desafio, pois a participação, foi relegado para segundo plano nos últimos 20 anos e com isso, houve uma ocupação indevida de seus postos e mesmo um tutelamento dos conselhos pelos diretores de escola.

Foi assim que, os pais, professores e toda comunidade escolar perderam as referências, nos últimos anos, do que significam os conselhos e agora estes têm aparecido como aparelhado à escola e à sua estrutura. Desta forma, não só a participação perde, mas também perde a funcionalidade de tornar e ser instrumento para tornar a escola pública um espaço democrático, popular, feito das tensões da cidadania e da participação do povo.

É perceptível a dificuldade de tornar as escolas espaços com função social definida, clara e uma ação transparente do que significa a escola. Os projetos político-pedagógicos (PPPs) foram substituídos por PP (Projetos Pedagógicos), o que significa que a questão das relações (político) foi escanteada.

Atualmente, desde a estrutura interna, nas escolas, não se verifica a participação da comunidade local (salvo casos pontuais), bem como desta ter uma clareza dos seus gastos, reformas, adequações de espaços internos e uso pela comunidade em outros horários (fim de semana, por exemplo). Como estão organizadas as escolas são espaços sem definições claras. Da mesma forma em que se ferem as ações de autonomia das escolas, pois as coisas se centram em Diretorias de Ensino (aqui em SP, pelo menos), assim é como se as escolas não pudessem ter ciência, clareza e autonomia para dispor seus gastos, recursos, bens e ações curriculares e extracurriculares junto com à sua comunidade.

¹⁵ FIA- Programa de Formação em Planejamento dos CEUs - Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura do Município de São Paulo – setembro – dezembro 2013

Sobre o aproveitamento do tempo pedagógico das escolas, o Conselho de Escola pode contribuir e muito. Porém é preciso relembrar que para isso seria necessário um resgate do que significa o *PAPEL* do Conselho de Escola na atualidade das escolas.

Enfim, se o conselho escolar é atuante, se os segmentos existem lá de fato, este terá uma ação direta e importante na definição do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. Se este conjunto de ações existirem, obviamente todos os tempos e espaços da escola serão discutidos. Em relação ao tempo: suas urgências, iminências, emergências, serão ponto do seu debate e rediscussão.

A questão tempo espaço é extremamente importante dentro da escola, pois pensemos aqui em São Paulo, mas em qualquer outro lugar. Se um professor tem 45 minutos de hora/aula e perder cerca de 15 minutos para organizar a sala e fazer chamada, perdeu 1/3 de sua aula. O que é muito grave. Entretanto, se há uma organização em que os segmentos se organizam, conversam, e mobilizam através do Conselho de Escola, este pode sim intervir conversando, discutindo, buscando meios e formas para que o tempo seja otimizado, para que os espaços sejam usados em sua plenitude.

Um conselho de escola atuante observa espaços, interfere no currículo (entre eles o *currículo oculto*), cria e recria espaços e o TEMPO é um desses destaques que precisam ser muito bem discutidos, em especial num momento em que no Brasil, se discute a ampliação do tempo da criança dentro do espaço escolar. Tudo de maneira dialogada, em reuniões, assembleias, portanto sua ação apesar de profícua é pautada pela lentidão que o debate e a discussão exigem.

Se por um lado, houve uma construção histórica que foi construindo caminhos de Gestão Democrática e participativa que foi perdendo força no processo, este movimento favoreceu a visibilidade da cultura e do fazer cultural enquanto potencia que no governo Marta Suplicy, na cidade de São Paulo. Este foi um movimento que contribuiu dando bases para a construção e de visibilidade ao projeto CEU's, hipótese deste trabalho.

Pois, ao iniciar a interferência no reconhecimento da cultura enquanto potencia no processo de ensino-aprendizagem, busca ferramentas para mudar o reconhecimento da região positivamente, deixando no passado a visão de *local violento*, os movimentos interferem na criação de políticas públicas que mudariam este cenário.

O projeto cultural da Casa Popular de Cultura, no governo Luiza Erundina foi referencia para a criação do *projeto Casas de Cultura* na Cidade, mediaria ideais de participação popular na defesa e do futuro da Democracia. Também foi referencia para criação, também no governo Marta Suplicy, do projeto *recreio nas férias*, que leva atividades culturais para o ambiente escolar no período de férias.

O movimento buscou a ampliação dos direitos sociais e principalmente, da cultura enquanto *direito* debatendo e propondo mudanças e reconhecimento da cultura popular nas diversas Secretarias do município, inclusive na proposta de descentralização tendo seus participantes sido convidados a fazer parte da(s) gestão(s).

Estes projetos *recreio nas férias*, *projeto PIA – projeto de iniciação artística e o projeto Vocacional*, que na concepção do movimento da Casa Popular de Cultura faria a interlocução entre a cultura e a educação perde força, são projetos isolados dentro dos espaços que atuam. Por exemplo, nos CEU's recorte desta pesquisa é observado que eles não fazem parte do fazer pedagógico diário da escola.

Parece não haver clareza entre a gestão das escolas e outros departamentos da gestão pública responsáveis pela gestão destes. Apesar dos avanços, da produção de material referencial e de publicações dos trabalhos desenvolvidos, os orientadores de aprendizagem quase sempre são vistos, “*tidos*” como um “*sub-produto da educação formal*”. como? Por quê?

Para quem participou das primeiras discussões do movimento, os princípios de FREIRE trazia em sua excensia a ideia de que que *todos somos aprendentes* não importa qual o nosso “*nível de sabedoria*”, *posição social ou conhecimento*”, não seria este. o princípio de: *mestre ignorante* ?

Além do mais, os princípios que norteou os primeiros ideais do movimento, perdeu referência, mas foi fruto que alimentou os debates iniciais do movimento e nos da pistas do próximo capítulo.

2.3 - invisibilidade da cultura no CEUs

Apesar dos avanços dos últimos anos, desde a criação da Casa Popular de Cultura algumas questões ainda são colocadas pelo movimento da Casa Popular de Cultura. A cultura que nos anos de 1980 buscou mostrar sua contribuição para educação, finalmente conseguiu realizar suas aspirações?

Com a implantação do projeto CEUs era grande a expectativa dos fazedores de cultura do movimento mas, aos poucos a *ansiedade de mudanças repentinas* foi perdendo força no movimento.

Os projetos se isolaram se constituindo em outros espaços para atuar e buscam nos editais e captação de recursos formas de se manter deixando no passado o caráter de reivindicação e unidade do movimento.

Na Casa Popular de Cultura o ideal de participação também vai perdendo força abrindo *brechas* para que grupos com pouca referência da história do movimento se apresentando como a nova referência do movimento. Alguns, na sua maioria jovens, diziam que as ideias da diretoria não acompanhou os novos rumos e caminhos que estavam sendo aberto com possibilidades de avanços no fazer cultural.

Pessoas que inicialmente tinham feito parte do movimento buscam outras formas de continuar o processo. nos CEUs é observado que o fazer cultural não faz parte da prática pedagógica e mais, percebem que o processo idêntico do esvaziamento da participação popular nos espaços públicos, iniciado na Casa Popular de Cultura passou a ser uma política de outros setores, secretarias e departamentos.

Com participação reduzida, aos poucos a produção e o fazer cultural que ganhou conotação popular foi dando espaço para o *técnico*. As contratações passaram pelo crivo de uma comissão para selecioná-los, com apresentação de um projeto de trabalho, portfólio e release das experiências vividas pelo educador.

Parece que a redução de participação e o debate favoreceu inclusive o esvaziamento das atividades oferecidas tanto na Casa Popular de Cultura quanto nas atividades oferecidas “gratuitamente” nas escolas e nos CEUs. Além do mais, a participação regular de escolas nas atividades nestes espaços ficou relegada aos eventos pontuais, enquanto muitas escolas do entorno sequer sabem da programação cultural destes locais.

Os movimentos populares que surgiram, como: *o funk, as baladas, os rolesinhos*, tiveram sua participação comprometida e proibidos de se apresentar nos espaços públicos e ainda hoje não são compreendidos e sua voz e participação em reuniões é pouca ou nenhuma.

Os CEUs que no primeiro momento seria uma ferramenta de contribuição para inclusão e de visibilidade da cultura popular, se tornou um espaço contrário a este ideal. Ao longo desta pesquisa se verificou que mesmo os moradores e a população próxima ainda têm dúvidas se pode usá-lo “*gratuitamente*”.

Grupos e movimentos que não usam os espaços para ensaios ou apresentações de atividades relacionadas, tanto da cultura como do movimento social local.

A atual gestão do governo tenta “*juntar os pedaços*” desta fragmentação. O movimento da Casa Popular de Cultura, que no passado defendia a descentralização, hoje debate o retorno da administração da Casa pela Secretaria de Cultura. Quanto aos CEUs, o movimento local defende inclusive propostas que sempre estiveram em pauta no movimento estudado, ou seja, a união das Secretarias de Cultura e Educação.

Quando se fala de pensar os CEUs, continuam buscando mais presença do Estado, além da união para pensar e desenvolver políticas públicas cobrando ainda agenda unificada com: esporte e lazer, cultura e a educação para pensar não só o processo ensino-aprendizagem como as linguagens e atividades oferecidas com a realidade local.

Ao apresentar trajetória da Casa Popular de Cultura é quase como falar do CEUs hoje e a necessidade de revisão no uso e apropriação deste espaço é necessário e importante não só pelo poder público, mas principalmente pela comunidade local.

Para que o mesmo não se transforme em um objeto estranho, mas como equipamento de qualidade, no meio de uma comunidade que até o ano de 2005 não tinha acesso a esses bens é importante olhar com crítica para provocar mudanças.

E mais que isto, perceber que, quando não cuidados estes espaços se transformam em *terra de ninguém* dando possibilidades de outras ocupações, neste sentido quem perde é a comunidade. Os locais onde foram construídos esses equipamentos quase sempre são espaços que anteriormente era usado como espaço de cultura e lazer.

Apesar dos avanços, estamos longe de superar as questões aqui colocadas, e não foi a intenção deste trabalho, mas ao problematizar estas e esperamos que alguns pontos sejam superados na compreensão e necessidade de trilhar um caminho que levasse os participantes da escola e dos CEUs na construção crítica das relações social permeada por um fazer que ultrapasse as respostas do senso comum.

3. Conclusão (Considerações finais)

VISIBILIDADE DO SABER: Conselhos, Percepção, experiências e Poder Compartilhado.

A escola e o CEUs atualmente passam por novos desafios e transformação; de pensar o seu papel social, pautada na busca de “qualidade” com condições para atender, compreender e respeitar a(s) diversidade(s), tanto de pensamento, quanto social; que faz parte da sociedade mas que historicamente sofre da exclusão social.

Para alcançar essa qualidade na educação, é preciso repensar o próprio conceito de “qualidade”, transformando o conceito tradicional, juntando a ele um pensamento renovado, conforme sugere Paulo Freire, educação de qualidade, mas com “qualidade social”, ou seja, o desafio de pensar: “educar quem, por que e pra que”? Para ele, a educação só faz sentido quando é pensada como direito social do indivíduo.

Mas é importante não perder de vista que muito se caminhou nesta construção. A mobilização social por um ensino/aprendizado de qualidade é fruto de debates, primeiramente em defesa da “*escola pública*”, na busca da ampliação dos direitos sociais, do futuro da democracia garantindo educação com *qualidade social* e da escola para todos.

Nesta busca, aqui na região de M’ Boi Mirim, na zona sul da cidade de São Paulo, os anos 1980 e 1998 foi um momento que muitos não se esquecem. No governo da *Luiza Erundina*, movimento que ganhou força. A sociedade se reuniu em torno deste ideal, proposta de pesquisa que tento desenvolver academicamente. Buscou-se mudar a forma como era conhecida a região. Não só violência, como a região era conhecida, foi foco de atuação dos conselhos e dos movimentos sociais naquele momento.

Avanços significativos foram obtidos, conselhos foram organizados nas escolas, que juntamente com a sociedade civil buscou alternativas para solucionar o problema da violência e da exclusão. Estes avanços foram aos poucos perdendo força com a saída de *Erundina* e hoje buscam folêgo para resistir e manter a busca da qualidade social na educação para todos como direito social garantido na constituição. Um papel importante que foi sendo acumulado historicamente.

Exemplos podem ser percebidos ainda hoje, mas é bom destacar que eles não desaparecem e em governos populares, ganham mais força como o exemplo da “*Casa Popular de Cultura*” e *movimentos culturais da região*, parte do objeto da pesquisa e os “Centro de Educação Unificada”, conhecidos por “CEU’s”. A atual gestão do prefeito Fernando Haddad (PT), trouxe a tna em sua proposta de governo, novamente a “Gestão Democrática e Participativa”, uma das diretrizes do Governo e da Secretaria Municipal de Ensino.

Conforme propõe o documento norteador dos CEU’s, *suas decisões são soberanas e incidem sobre toda a organização e funcionamento do CEU, observadas os limites das escolas, inseridas em seu contexto, e à sua autonomia prevista pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.*¹⁶

Se o projeto CEU’s na cidade de São Paulo favorece o ensino-aprendizagem, o mesmo não garante a manutenção de que se mantenha com os mesmos ideais primeiros. Os estudos do caso do movimento da Casa Popular de Cultura de M’ Boi Mirim sugere esta afirmação, então como manter o projeto e o espaço na perspectiva de um equipamento público importante e necessário para o território onde está localizado?

Se por um lado, o ideal de inclusão aos bens sociais e mais participação na divisão do “bolo” percorrido pelo movimento da Casa Popular de cultura e movimentos culturais deu uma certa visibilidade para alguns grupos, movimentos e fazedores culturais. De outro lado não apresentou avanços ou alternativas para outros que surgiram como por exemplo: *o funk, os rolesinhos.*

Pelo contrario, de certa forma são de pouca aceitação de alguns que antes defendiam a cultura popular como ferramenta para o exercício da cidadania e da democracia.

(Gransci) Para o movimento da Casa Popular de Cultura os conselhos pode ser uma ferramenta que garante este movimento e manutenção destes espaços e a busca de soluções para os problemas podem ser facilitados quando pensado por muitos.

Percebe-se que estes conselhos adquirem atribuições no colegiado, como sugere o documento norteador de SME – Secretaria Municipal de Educação, e hoje, além de

¹⁶ FIA- Programa de Formação em Planejamento dos CEUs - Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura do Município de São Paulo – setembro – dezembro 2013

participar e opinar; promove e organiza e decide o funcionamento dos CEU's, atuando na defesa dos interesses das crianças e adolescentes e da população, lógico que, observando as legislações municipal e federal em vigor.

Conforme sugere Polchmam, da qual corrobora para Paulo Freire “Ser cidadão é ser político, capaz de questionar, criticar, reivindicar, participar, ser militante e engajado, contribuindo para a transformação de uma ordem social injusta e excludente” (2010).¹⁷ Desta forma, ao analisar criticamente os fatos e fenômenos sociais, é possível pensar e propor soluções, desde que a análise seja pela crítica. A participação nos momentos de decisões, por si denota a miitância e engajamento nas contradições das questões sociais, lugar onde se inicia as mudanças.

FREIRE percebe que o Brasil apresenta profundas desigualdades sociais, econômicas e culturais, e propõe que a chave para resolvê-la está na escola pública, pois “ela tem como função... formar o cidadão, isto é, construir conhecimentos, atitudes, e valores que o tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo”.¹⁸

Assim, o fortalecimento destes espaços de participação nas escolas são necessários e importantes para a formação do indivíduo, um lugar onde se valoriza o debate e que colabora com o futuro da democracia, nesse sentido a constituição de espaços dentro da escola, que contribuem nessa perspectiva de educação se faz necessário, uma vez que contribuirão na fundamentação para a definição de políticas públicas que orientam as praticas educativa e os processos de participação.

O conselho Escolar tem papel fundamental na democratização da educação, sendo um espaço de participação de todos os segmentos (pais, professores, diretores, funcionários, estudantes, entre outros.)

Sendo assim, é importante entender que o papel dos conselhos tem uma historia de reivindicação popular acumulado e, fortalece-los é o principal papel dos governos popular que traz no seu projeto de sociedade os valores da “ética” e “sociedade plural”, cabendo ainda ao poder público, trazer como política o princípio de “gestão democrática”, possibilitando a participação da sociedade civil “...na formulação, *avaliação, definição e*

¹⁷ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2010

¹⁸ Palestra proferida no fórum ideias para o Brasil no Hotel em mes 2013 e consulta: <http://marciopochmann.com.br/artigos?page=1>

fiscalização das políticas educacionais, implementadas pelos diversos sistemas de ensino do País”, o futuro e as possibilidades de atuação depende do contexto e da realidade e do momento histórico que vai sendo construído.

Quanto as questões colocadas ao longo deste trabalho esperamos que a problematização ajude a responder algumas delas, e que aponte caminhos e provocar a releitura de nossas ações. A experiência da Casa Popular de Cultura defende que o modelo pode possibilitar e incentivar não só o aluno ao exercício da cidadania.

Como todos os usuários desde que as pessoas decidam o que querem do espaço e da sociedade, construindo medidas e ferramentas para enfrentar o ideal de cidadania Plena.

Estes espaços podem ser exemplo de debate, conversa e outras formas. Compreendendo o que está escondido no discurso de escola de qualidade e garantir a valorização da educação pública se houver envolvimento da comunidade nas decisões.

Se este processo contribuiu positiva ou negativamente creio que ainda é um processo a ser verificado cientificamente, sabemos que existe um movimento por “qualidade social na educação”. o trabalho integrado da educação entre cultura, esporte, lazer e recreação, anteriormente invísíveis na compreensão do processo ensino-aprendizagem.

Além disso, podem seguir os sonhos da busca por políticas públicas e construir instrumentos de uma educação emancipadora e inclusiva numa sociedade excludente e contraditória em direção à plena democracia. A implantação deste processo não deve ser vista como garantia da manutenção e avanços que incentive a participação popular pode superar problemas e os limites de atuação deve ser construído histórica e socialmente.

CONSELHOS DE ESCOLA E INTERLOCUÇÃO

Para superar os problemas cotidianos, a escola precisa de um interlocutor, que seja chato (e quanto mais chato melhor), que seja feito a muitas mãos, que seja PROBLEMATIZADOR de todas as questões que permeiam a escola em seus âmbitos internos e externos. Só assim, para que esta comece a buscar encontrar sua função social.

Lógico que o tempo pedagógico não se limita aos muros da escola. Compreender o cotidiano, a comunidade e onde a escola se insere, também demanda tempo e um repensar, a escola, que se faça a partir dessa interlocução.

O problema da atualidade é o fato de criamos consensos e acomodações. Não evoluímos na história da maneira como estamos acomodados e buscando as certezas consensuais. Precisamos de conflitos (diria Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Conflito*), mas este tem sido relegado ao segundo plano. A cultura é a da concordância, de mostrar o bom e esconder o feio está se difundindo, se alastrando.

Neste sentido, a ação do conselho de escola precisa sair, fugir deste casulo. Escapar a esta armadilha. Buscar um novo sentido para a ação democrática dentro da escola, criar formas de trabalhar o SULEAMENTO proposto por Freire (em seu livro *Pedagogia da Esperança*), onde só reafirmaremos a nossa existência, aqui no hemisfério SUL (lugar onde estão os países mais expropriados, mais explorados) quando tivermos construído uma consciência de nossos referentes e referenciais, que são diferentes do NORTEamento dos países do hemisfério norte; também diferente da ORIENTAção dos países do oriente.

A perspectiva seria criar uma nova forma de pensar o cotidiano, a democracia, os instrumentos fomentadores da democracia e entre estes a escola: a cada instante em reconstrução, re-conceituando e criando re-simbologias no âmbito escolar e na sociedade, levando a escola à sua função social. Na própria vivência de nossos contextos que nos faça criar um pensamento que nos liberte, em que nosso pensamento menor se transforme numa ação que faça e refaça os espaços.

Estes são os caminhos para a ação em que os Conselhos de Escola precisam re-nascer dentro das escolas, conquistar espaço e entrar na luta por uma escola pública, que seja pública de fato.

INTERVENÇÃO

Uma proposta de intervenção caminharía no sentido de produzir uma participação popular a partir dos Conselhos de Escola, ao trabalharmos com a formação de educadoras comunitárias em algumas escolas a partir de seus Conselhos Escolares, com o tempo conseguiríamos desenvolver uma relação entre a escola e a comunidade. Um trabalho dentro desta perspectiva pensa na proposta de que a escola precisa ter um conjunto de

pessoas (seus conselheiros) que faça a ligação com a comunidade como uma forma de conhecimento e cidadania.

Na proposta de horário integral para as escolas, este processo pode dar uma força muito maior, envolvendo a comunidade e todos os atores sociais como parceiros nesta intenção de educar, derrubando e atravessando os muros da escola.

PROPOSTA

Desenvolver as atribuições do Educador Comunitário das Escolas Municipais a partir de seus Conselhos de Escola, incluindo em sua função estimular a participação em toda cidade de São Paulo, como espaços de articulação. Este com o intuito de formar uma rede local, envolvendo a escola, o governo, a iniciativa privada, a sociedade civil organizada e a comunidade em áreas geográficas definidas com objetivo de desenvolver potencialidades educativas da comunidade.

Educador comunitário

- O educador comunitário (Conselheiros dos Conselhos de Escola) contribuirá para a construção da participação efetiva dentro das escolas por meio de uma Articulação Comunitária de forma orgânica e democrática, como uma estrutura em rede.
- Propondo uma estrutura em rede, significa que seus integrantes estão conectados horizontalmente a todos os demais, diretamente ou através dos que os cercam, formando uma “teia” de múltiplos fios. É o conjunto resultante, que se espalha para todos os lados, sem que nenhum dos seus elos seja considerado representante dos demais ou o mais importante. Trabalhar em rede pressupõe que não existe um “chefe”, o que existe é um grupo de pessoas ou de organizações que estão trabalhando com os mesmos valores e com uma vontade coletiva de realizar determinado objetivo.
- Na construção da Articulação Comunitária dos Conselhos de Escola o que unirá as pessoas à rede não é apenas uma orientação comum em relação a determinados objetivos. É necessário existir um conjunto de valores que se estabelecem como comuns.
- Neste processo, o educador comunitário deverá fomentar as relações nos Conselhos de Escola, criando condições para que os elementos locais como; grupos, escolas, ONGs,

empresas, associações, pais, alunos e professores se articulem e desenvolvam adequadamente parcerias com objetivos educativos e valores comuns.

- Partindo das parcerias espontâneas, das conexões pontuais, que possam existir na comunidade, o educador comunitário poderá iniciar o processo pedagógico de construção de rede. Trabalhando os valores e objetivos da comunidade, respeitando a sua vocação, personalidade, o seu DNA e incorporando em suas ações e relações, possibilita que surjam como consequência os vetores sociais resultantes, ou seja, as ações transformadoras.

- A função do educador comunitário neste processo é de zelar pelo seu funcionamento democrático e horizontal dos Comitês de Articulação Comunitária, como um espaço aberto, sem dono, garantindo sua autonomia, mas, consciente que “faz parte” da rede e não é o seu “dono”. Suas atividades como facilitador podem ser, desde constantemente mapear os potenciais educativos, buscar novos elos externos ao limite geográfico, mapear as competências, afinidades e a história comum, como também animar as relações, propor a divisão de tarefas (evitando sobrecarga e personalização). E pode também comunicar as ações realizadas, conectar grupos, enviar boletins, criar um ambiente amigável para que as informações circulem e sejam compartilhadas e organizar encontros presenciais. Por outro lado, o educador comunitário não terá modelos ou regras para seguir, mas sim criar, de forma coletiva e democrática, conexões que façam sentido e desenvolver o processo de decisão por consenso e de auto-organização.

- Os Conselhos de Escola estruturados como rede tende a ser um espaço aberto para articulações de ações educativas eficientes, possibilitando que a sociedade civil possa participar ativamente do processo, construindo o caminho na busca de uma nova sociedade.

4. Anexos

4.1 - Anexos I

BREVE HISTÓRICO

CASA POPULAR DE CULTURA M'BOI MIRIM

□ **A CRIAÇÃO DO ESPAÇO CULTURAL**

No ano de 1983, várias Sociedades Amigos de Bairro e outras entidades como: Clube de Mães, Grupos de música popular, etc, decidiram criar um espaço cultural que pudesse ser um centro de debates, promoções culturais e de lazer, a serviço da comunidade local, pelo fato de suprir a total inexistência de serviços públicos nesta região do M' Boi Mirim e adjacências.

Com a perspectiva de se tornar um pólo de debates e enriquecimento de toda a região, foi proposto que a sede da “Casa Popular de Cultura” (nome proposto pelos seus criadores), fosse localizada no centro urbano mais vivo da M'Boi Mirim ou seja, na praça de Piraporinha.

Iniciou-se então de imediato diversas atividades artísticas e culturais como: oficinas de artes plásticas, peças teatrais, shows musicais, rodas de capoeira e reuniões de movimentos populares no improvisado espaço em forma de circo com lonas e armações de ferro.

No dia 10 de março de 1.984, a “Casa Popular de Cultura da Região de M'Boi Mirim e Guarapiranga” é fundada juridicamente, com sede provisória construída na estrada do M'boi Mirim, 771, pelos diversos movimentos populares da zona sul de São Paulo.

Em seguida, um grande projeto de construção é apresentado pelo arquiteto José Fábio Kallazans, contendo nele; um grande salão coberto rodeado de salas de tamanho médio e outros menores. O salão poderia vir se transformar num teatro/cinema, onde seriam realizados debates, assembleias, espetáculos teatrais, musicais e atividades das diversas entidades fundadoras do novo espaço. O projeto incluiria também um posto de saúde e uma agência do banco Banespa.

ATA DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA FUNDAÇÃO DA DIRETORIA DA CASA POPULAR DE CULTURA:

“Às dezesseis horas e trinta minutos do dia dez (10) de março de 1.984, teve início da assembleia de fundação da diretoria da C.P.C., para o biênio 84/85, nas dependências da sede provisória, sito a Estrada de M' Boi Mirim 771, nesta capital. Esteve presentes nesta assembleia o total de 35 pessoas. Entidades presentes: As SAB's (Sociedades Amigos de Bairro), Pq. Figueira Grande, Jd. Neide, Jd. Leticia, Jd. Maria Isabel, Jd. Mazza, Comunidade Jd. Universal, Comunidade Jd. Bandeirante, União dos Amigos Parque Guarapiranga, Comunidade Santo Dias da Silva, SAB Jd. Vaz de Lima, SAB Vila Nagib, SAB Jd. Alfredo, e SAB Jd. Klein. Dando início a Assembleia a senhora Bernadete P. V. Alves, candidata ao cargo de presidenta, convocou os seguintes nomes para fazerem parte da mesa: Dep. Federal

Aurélio Peres, e a senhora Maria Conceição Peres e o vereador Arnaldo Alves. Após a convocação os presentes falaram sobre os objetivos da C.P.C., a primeira pessoa foi à senhora Maria Conceição que falou sobre a luta e a importância da fundação de uma Casa Popular de Cultura, a segunda pessoa foi o Deputado Aurélio Peres que falou da importância da população participar da C.P.C. e sugeriu o plano de alfabetização para adultos e a integração do mesmo na sociedade e o desenvolvimento de trabalhos com os jovens. A terceira pessoa foi o vereador Arnaldo Alves que falou da importância da fundação da C.P.C. em seguida foi feita apresentação de chapa única para diretoria da C.P.C.

“A mesma foi apresentada pelo senhor Denilson Pinto que colocou os critérios que foram usados para escolher os representantes a fazer parte da chapa.”

APRESENTAÇÃO DA CHAPA:

Presidenta Bernadete Prado Vasconcelos, Vice – Presidente Nilson Antunes da Rocha, 1º Secretário Carmen M^a Tinelli, 2ª Secretária Zilda Rosa Vieira da Silva, 1º tesoureira Norma Valdeci Silva, 2ª tesoureiro Luiz Almeida Santos, Diretor Cultural Cláudio Neves, Diretor de Esporte Joaquim Donizette da Silva, Conselheiro Fiscal Jurandi Gonçalves Santos Geraldo Lucio de Souza e Lindaci Valdeci da Silva.

Após a apresentação da chapa, a senhora Bernadete Prado Vasconcelos, falou dos objetivos da diretoria que são os seguintes: Conquista do terreno para construção da C.P.C., desenvolver trabalhos juntos a população como: palestras, teatro, debates, esporte, torneios, gincanas e outros trabalhos que envolvem na parte de cultura e esporte. Em seguida foi aberta a palavra à assembléia e alguns participantes se pronunciaram em apoio e defesa da C.P.C. Em seguida foi realizada a votação que elegeu a chapa acima apresentada por aclamação. A chapa foi eleita por unanimidade e deu – se por eleita a diretoria da Casa Popular de Cultura. Por não ter mais o que relatar ou discutir, a senhora presidenta agradeceu a presença de todos e deu-se por encerrada a assembléia quando era precisamente dezoito horas.

SOCIOS FUNDADORES

Bernadete P. Vasconcelos Alves	Nilson A. Rocha
Carmen Maria Tinelli	Zilda Rosa Vieira da Silva
Luiz Almeida Santos	Nanci Valdeci da Silva
Lindaci Valdeci da Silva	Jurandi Gonçalves
Geraldo L. de Souza	Joaquim Donizette da Silva
Claudio Nunes	Aurélio Peres
Maria Conceição Peres	Arnaldo Alves
Maria Saraiva de Alencar	Israel Saraiva de Alencar
Lino Adão da Silva	Valter de Oliveira
Idalina Peres de Oliveira	
Maria das Graças S. Ramos	João Ramos
Esmeraldo P. Santos	Ednadir A. de Souza
Joaquim Alves da Silva	Neusa Nunes Alves
Manoel Vieira Gomes	Avelino Sanches

Lucinéia M. Costa
Sebastião
Maria de Lourdes Oliveira
José Cruz do Nascimento

Roque Torquaro
José Galdino Lemos
Maria Goretti de Oliveira
Denilson Pinto de Oliveira

PRESIDENTES DA CASA POPULAR DE CULTURA DE M'BOI MIRIM

Bernadete Prado de Vasconcelos Alves	DE: 1984 a 1985
Nilson Antunes da Rocha	DE: 1986 a 1987
Nilson Antunes da Rocha	DE: 1988 a 1990
Zilda Rosa Vieira da Silva	DE: 1990 a 1992
Gizélia Marcelino S. Silva	DE: 1992 a 1994
Jonas Gariglio Barbosa	DE: 1995 a 1997
Jonas Gariglio Barbosa	DE: 1998 a 2000
Vera Maria Felipe	DE: 2000 a 2002
Manoel Batista Santos	DE: 2002 a 2004
Luiz Fernando Herculano	DE: 2005 a 2007
Antonio Pedro Souza	DE: 2007 a 2009

A INAUGURAÇÃO DO CIRCO CULTURAL E O CO - PATROCÍNIO DA SMC

Em 27 de outubro de 1984, uma comissão da Casa Popular de Cultura se reuniu no Centro Cultural São Paulo, com o diretor, o Sr. José Geraldo de Oliveira, e um assessor do então Secretário Municipal de Cultura, Sr. Gean Francesco Guarnieri, para discutir o Projeto Cultura na Cidade, e o projeto de construção do arquiteto Fábio Kallazans, sendo que nesta reunião foi proposto a criação do Circo da Casa Popular de Cultura na região, concretizado um ano depois.

No dia 20 de Julho de 1985, o então prefeito Mário Covas, juntamente com uma pequena comissão, compareceu à inauguração oficial do Circo de atividades populares implantado pela C.P.C. (Casa Popular de Cultura) do M'Boi Mirim, com o co- patrocínio da S.M.C.(Secretaria Municipal de Cultura), através do projeto "Cultura na Cidade", com shows musicais, palestras e debates, na própria local de eventos de Piraporinha, (onde eram montado parques e circos), prometendo apoiar politicamente a concessão e implantação deste Centro Popular de Cultura. Mas a lentidão na concessão e implantação do projeto original por parte das autoridades governamentais, fez com que as entidades tomassem a decisão de construir uma sede provisória, no mesmo local do circo, (terreno entre a Rua Antonio Arenso c/ Inácio Dias da Silva), com dois cômodos e um banheiro (em mutirão) na qual as atividades diversas seriam colocadas em prática e ainda evitar-se-iam as invasões inadequadas por parte de ciganos e sem tetos, "o que na verdade foi discutido e chegou-se a um consenso com os mesmos". E assim se fez até a gestão seguinte.

□ As primeiras dificuldades e a resistência da Comunidade

Quando o prefeito Jânio da Silva Quadros, assumiu o cargo, fomos informados oficialmente em 07 de Agosto de 1987 que no terreno onde existia a sede provisória

seria construído um Mercado Municipal.(o então Sacolão da Piraporinha), projeto da SEMAB (Secretaria Municipal de Abastecimento).

Iniciou-se então uma luta de grande resistência por parte da Entidade que após anos de trabalhos realizados teve o prazo de 3 (três) dias para desocupar a área.

Diante da persistência e resistência da Casa Popular de Cultura em preservar o único espaço cultural da região, tendo como argumento o seguinte lembrete: “Não somos contra a idéia do Mercado Municipal, mas a comunidade precisa de ambos (alimento mais barato e acesso a cultura), e sugerimos que o mercado municipal fosse construído em outra área próxima à sede, mas uma segunda notificação informava-mos que tínhamos o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para desocuparmos o local, pois os tratores chegariam para demolir tudo, mesmo com a nossa presença. Então, aceitamos o desafio, comunicando- lhes que teriam que passar por cima de nós (a comunidade). Isto após várias tentativas de negociação, nas quais eles se mostravam irrevogáveis. Na semana seguinte lá estávamos nós, monitores e alunos dos cursos de capoeira, violão, corte e costura, tricô e crochê, grupos musicais e de teatro, clube de mães, diversas entidades, a igreja local e escolas da região, formando um imenso cordão de resistência e coragem. A demolição ficou apenas na ameaça, pois compareceu no local somente um engenheiro – técnico para vistoriar a área. Esta batalha se alastrou por mais de um ano, onde a nossa conclusão era de que só sairíamos depois da construção de uma nova sede na outra parte do terreno, entre as ruas: Manoel Dias Leme e Inácio Dias da Silva, o que já representava o fim de grande parte do projeto original. A construção da nova sede da C.P.C. de M’Boi Mirim se deu no final de 1.987, retomando as atividades no início ano seguinte onde permanecemos até hoje.

□ **Trabalho em Conjunto entre C. P. C. e S.M.C.**

Após várias reuniões com diversas secretarias como: Secretaria da Educação, Secretaria de Abastecimento, Secretaria de Negócios Jurídicos, e ainda encontramos com assessores do prefeito. Fomos fortalecendo nossos vínculos com a Secretaria Municipal de Cultura, através de muita persistência.

Por não existir um projeto de Casa de Cultura, e havendo a necessidade, através de um trabalho em conjunto com o Fórum de Cultura do Município de São Paulo, firmou-se o projeto Casas de Cultura do município de São Paulo através do decreto lei 1.029/92 (D.O.M 29/12/92), “**CONSIDERANDO que a Casa de Cultura de M’Boi Mirim possui uma história de atividades e serviços à comunidade anterior à implantação do projeto das Casas de Cultura...**”, “... **que a Casa de Cultura de M’Boi Mirim já possui um Conselho Gestor comunitário e já recebe da S.M.C. os serviços de vigilância e segurança.**”, na gestão da então prefeita Luiza Erundina, preservando assim todo um trabalho cultural. Ressaltando ainda que através da diretoria da entidade (Conselho Gestor), foi feita a indicação da coordenadora da C.P.C. M’ Boi Mirim, para a S.M.C., como um cargo de confiança entre a comunidade e a S.M.C., sendo assim a entidade em 1991, anexada no projeto Casas de Cultura da Cidade de São Paulo.

□ **A Produção e o Intercâmbio Cultural na Região**

Em meados de 1992, a Casa Popular de Cultura do M’ Boi Mirim, convoca uma reunião com a então Secretária de Cultura, Sra. Marilena Chauí, para reivindicar estrutura como recursos humanos, pequenas reformas, materiais para cursos e

oficinas, tal solicitação referia-se a crescente procura de cursos e artistas da região à procura de espaço para desenvolver seus trabalhos nas diversas áreas culturais.

Neste mesmo tempo, outra parte da comunidade conseguiu através da regional de Campo Limpo, a construção de mais duas salas e uma quadra de multiuso, , concluídas em algumas semanas. No final de 1992 é realizado o Evento de reinauguração da Casa Popular de Cultura do M' Boi Mirim, com amostra de teatro, artesanato, produção anual dos cursos de capoeira, dança, violão, shows musicais entre outros.

Devido à intensidade do trabalho, os recursos da S.M.C., em acordo com ambas as partes, tardavam na sua concretização por falta do aval da Sra. Secretária Marilena Chauí, que só no final de sua gestão publicou no D.O.M., algumas solicitações, sendo que a maioria delas foi concretizada pela gestão seguinte.

Logo após, o sucesso da C.P.C. do M' Boi Mirim, sensibiliza toda a região e ganha agora o reconhecimento e aprovação da população local e adjacente.

No início de 1993, começaram a ampliação sócio- cultural como o surgimento de vários voluntários, artistas da região e simpatizantes da cultura.

Voltada agora de forma mais ampla para as questões sócio cultura, educativo, a Casa se fortalece ainda mais junto a S.M.C., através do Coordenador das Casas de Cultura, Luis Avelima, que conta com força de trabalho em conjunto para melhor rendimento de Produção Cultural em nossa comunidade. No mesmo ano a produção cultural dobrou praticamente a grade de programação da Casa, com a ampliação dos cursos/oficinas, espetáculos teatrais e musicais. Com o crescente trabalho sócio-cultural, a então coordenadora, Zilda R. Vieira da Silva (*in memorian*), propõe juntamente com os voluntários e a diretoria da Casa, a criação do primeiro projeto de intercâmbio cultural intitulado como "Projeto Raio X Cultural", que propunha o mapeamento de grupos e agentes culturais, com a projeção de intercâmbio com outros espaços culturais e associações, a divulgação de novos artistas da região nas diversas áreas culturais além de colocar o espaço a disposição dos mesmos e também para as comunidades nas suas necessidades; tanto culturais como sociais. Nos meses seguintes a Casa de Cultura já se tornava em nossas vidas o primeiro Centro de Cultura Popular em ascensão da Região.

Apenas três funcionários da S.M.C., trabalhavam na Casa, a coordenadora Zilda Rosa Vieira (cargo de confiança do secretário) e os funcionários efetivo Fábio Paro Suguiyama (ata) e Carlos Alberto Banzatto (vigia noturno) , a segunda parte da equipe constituía-se pelo Conselho Gestor, e a terceira parte era formada por voluntários e artistas da comunidade, que garantia um trabalho satisfatório na medida do possível. Para suprir as necessidades de uma população carente de lazer e de má qualidade de vida numa das regiões mais complexas e violentas da cidade de São Paulo. Em 1995, a Casa Popular de Cultura do M' Boi mirim, ganha uma pequena reforma visual e vigilantes permanentes através da S.M.C., pelo fato da ampliação dos bens patrimoniais municipais e a preservação da organização do espaço.

De 1992 a 1996, a Casa de Cultura do M' Boi Mirim, através de seus fundadores, usuários e opinião da comunidade local, consideram a melhor fase de produção cultural, amadurecimento profissional e a valorização social desde a criação de Projeto Casas de Cultura.

□ Fase de Transição

Em meados de 1997, com o afastamento repentino do então coordenador das Casas de Cultura Senhor Luís Avelima, entrou em seu lugar o senhor Fernando Goulart Júnior (amigo pessoal) do Secretário de Cultura Rodolfo Konder. Começou aí uma fase de transição muito conturbada para esta Casa, pois o então coordenador era de difícil diálogo e não aceitava a forma de trabalho desta Casa. Pois a seu ver uma Casa de Cultura não tinha que ter uma biblioteca ou se quer uma sala de leitura e pesquisas escolares, não podia abrir suas portas para reuniões de grupos organizados da comunidade, palestras /debates sobre política ou de questões sociais afins. Com o falecimento da então coordenadora Zilda Rosa V. Silva, a Casa passou por uma transição de coordenação. Na qual houve interesse por parte do Conselho Gestor em indicar outra pessoa da comunidade, como assim já havia acontecido com relação a Sra. Zilda Rosa. Indicou-se então o Sr. Fábio P. Suguiyama que assumiu inteiramente a coordenação e que além de ser residente na região já se encontrava como funcionário desta casa, com entendimento suficiente para assumir o cargo. Mas infelizmente por motivos de saúde houve afastamento do mesmo, por tempo indeterminado. Sendo assim o Conselho Gestor indicou então a Sra. Maria Maisa de Oliveira pelos seguintes motivos: que além de funcionária desta casa já vinha realizando um trabalho sociocultural de grande importância para a comunidade e também moradora da região. Neste meio tempo o senhor Goulart Júnior dizia querer fechar a Casa de Cultura de M' Boi Mirim alegando receber reclamações de que o local punha em risco a vida dos funcionários, pois usuários de maconha pulavam o muro da Casa para usarem a referida droga e se esconderem da polícia. Em reunião com o então presidente do Conselho Gestor, Jonas G. Barbosa que lhe pediu carta branca para resolver o referido problema, assim foi feito; O presidente convocou uma assembléia geral na qual propôs a derrubada do muro esticando no lugar uma espécie de alambrado, tendo aprovação da maioria assim se fez a derrubada do muro em trabalho de mutirão. Esta ação além de resolver o referido problema deu ainda mais visibilidade a casa reconhecimento e valorização aos trabalhos junto à comunidade e ampliação das atividades, mas mesmo assim continuaram as pressões por parte do coordenador das Casas de Cultura o Sr. Fernando Goulart Júnior, pois a coordenadora, Maria Maísa também acreditava que a Casa deveria fazer um trabalho voltado para as questões sócio / cultural / educativo. No final de 1998, por motivos particulares, com pedido de licença de vencimento da senhorita Maria Maisa, o cargo passa a ser da Sra. Edna Maria dos Santos, que mesmo não sendo moradora da região o Conselho Gestor concordou com sua indicação feita pelo Sr. Goulart Júnior. Com sua política antisocial em Julho de 1999, a coordenadora foi destituída de seu cargo sem que o Conselho Gestor fosse informado ou consultado, uma atitude tomada pelo Sr. Goulart sem maiores explicações. A partir deste momento os trabalhos desta casa começaram a ser boicotado pelo Sr. Fernando Goulart Júnior com a nova coordenadora Maria Aparecida Domingos, fizeram várias tentativas de desarticular os trabalhos sociais já existentes na casa a mais de 15 anos. A então coordenadora Maria Aparecida Domingos, já vinha de outra Casa de Cultura onde também teve problemas com a comunidade local. Juntamente com está com está coordenadora o Sr. Goulart expôs suas verdadeiras intenções, ou seja, fechar a Casa de Cultura M'Boi Mirim, com argumento de unificar a mesma com a Casa de Cultura de Interlagos que funcionava de forma virtual (dentro de uma biblioteca), sendo assim ambas transferidas para uma localização cogitada por ele, mas que geograficamente não atenderia as respectivas comunidades.

FASE DE TRANSIÇÃO (Resistência da Comunidade)

Diante dessa situação houve a necessidade da comunidade de Piraporinha viabilizar um abaixo assinado que alcançou cerca de 6.000 assinaturas e contou com o apoio das escolas da região, do Fórum em Defesa da Vida Contra a Violência (Jardim Ângela) representado por mais de 200 entidades e da FACESP (Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo) que nos enviaram cartas em apoio estes documentos foram encaminhados ao Sr. Rodolfo Konder, secretário de Cultura do Município de São Paulo e outras autoridades no dia 05 de Setembro de 1999.

Após está data solicitamos por várias vezes uma resposta da S.M.C. e pedimos uma audiência com o coordenador geral das Casas de Cultura, entretanto não obtivemos resposta alguma e a comunidade foi mais uma vez surpreendida, quando o Sr. Fernando Goulart Júnior esteve nesta entidade com uma comissão dizendo que a Casa de Cultura estaria sendo deslocada para outro local. Então no dia 13 de Janeiro de 2000, a comunidade mobilizou-se em manifestação contrária a retirada da Casa de Cultura M' Boi Mirim, pois essa atitude seria mais uma trama de interesses políticos entre o coordenador geral das Casas de Cultura e um parlamentar da região que há muito tempo visava este espaço para atividades afins, chegando ao ponto de alugar um imóvel para transferência desta Casa. Usando o argumento de que no local seria instalado um posto avançado da Polícia Militar. Esta mobilização reuniu por volta de 600 pessoas com de diversas entidades e grupos culturais da região, a passeata resultou numa caminhada na Estrada do M' Boi Mirim e o entorno de Piraporinha.

Após a manifestação houve várias tentativas de um comum acordo com a coordenação geral , para que a Casa continua- se com suas atividades, já que a possibilidade de transferência desta Casa para outro imóvel não obteve êxito. Mas, com o argumento de unificação desta Casa com a Casa de Cultura de Interlagos, o coordenador geral permaneceu com o propósito de transferência deste espaço, boicotando todas as atividades tais como: (espetáculos, musicais, teatrais e outros), e a reforma que seria feita nesta Casa, chegando a publicar a Portaria no DOM. 777-2000 de 19/08/2000 que revoga a Portaria 1-029/92 com o objetivo de retirar toda a estrutura e bens patrimoniais, ocasionando o fechamento desta Casa de Cultura. Alguns dias depois chega um representante da Coordenação das Casas de Cultura para retirar todos os bens patrimoniais, fato que gerou insatisfação na comunidade em geral, que impediu que os bens fossem retirados. Em reunião com a comunidade o Conselho Gestor e demais entidades filiadas a esta Casa; decidiu-se por: Em primeiro lugar acionar a imprensa para denunciar este ato de descaso com a comunidade e em segundo lugar mobilizar num ato de repúdio a atual coordenação das casas de Cultura e reivindicar que a Casa permanecesse com as atividades normais.

No dia 25/08/2000 foi realizada uma passeata que terminou com ato em frente ao prédio da S.M.C., na Rua Frei Caneca, formou-se então uma comissão de negociação que foi recebida pelo coordenador das Casas de Cultura, este pressionado pela comunidade, voltou atrás, decidindo então manter as atividades da Casa de Cultura. No dia 07/09/2000, é publicada no DOM a portaria 828/2000-AJ, voltando então o funcionamento da Casa de Cultura em parceria com a entidade Casa Popular de Cultura.

Após este episódio, a coordenadora Maria Aparecida Domingos, é transferida para outro local, permanecendo em seu lugar de forma interina a Sra. Maria da Penha Soalheiro que já era funcionária desta casa.

ÉPOCA DA RECONSTRUÇÃO

Nesta gestão Marta Suplicy, assume a coordenação da Casa de Cultura de M' Boi Mirim o Sr. Jonas Gariglio Barbosa, a convite da então coordenadora geral das Casas de Cultura, Thais de Araújo. Com o apoio dos representantes da comunidade local, foi empossado em junho de 2001. Jonas já se encontrava na Casa desde 1986, quando começou com um trabalho voluntário de oficina de capoeira, no mesmo ano tornou-se membro da diretoria (Conselho Gestor) e a partir daí se envolveu com os trabalhos realizados na Casa como um todo, tanto nas questões sociais como culturais. Sua coordenação permaneceu durante toda a gestão até o início de 2005.

REDE SOCIAL DE CULTURA

Em meados de 2002, a Casa Popular de Cultura é convidada para participar da Rede Social de Cultura, formada por associações de caráter sócio-cultural e educacional que atuavam na região do distrito do Jardim São Luis. Os encontros mensais foram de extrema importância para troca de experiências e discussões nas questões como captação de recursos, políticas públicas e o fortalecimento das organizações participantes nas ações conjuntas.

Além da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim, faziam parte dessa rede: Casa de Cultura e Educação São Luiz (CCESL), Casa dos Meninos, Associação Trópis, C.R.E.S.C.E.R, Centro Cultural Monte Azul, Associação Rainha da Paz, E.E. Antônio Manoel, Bloco do Beco, CEU Casa Blanca, Coletivos Artísticos, entre outros. Inicialmente a rede de cultura teve como parceiros, consultores do terceiro setor da rede SENAC, e posteriormente as reuniões foram realizadas por "sistema de rodízio", ou seja, cada mês em uma organização diferente para melhor integração e articulação. É certo afirmar que a Rede Social de Cultura tornou-se um ponto de partida para os avanços na qualidade dos trabalhos realizados pelos grupos e organizações dentro de suas comunidades. A ação cultural na região intensificou-se ainda mais.

PONTOS DE DESTAQUE NA GESTÃO DA CASA:

ATIVIDADES:

A Casa ampliou suas atividades artísticas e a diversificação de ações culturais e sociais já existentes na região, foram em torno de treze oficinas artísticas mensais, três a quatro shows musicais nos diversos gêneros mensalmente, encontros de grupos de dança, palestras/debate, mostras de teatro, exposição de artesãos, encontros e atividades com grupos da melhor idade, mostra de vídeos, trabalhos em conjunto com os programas sociais, uso de espaço para grupos artísticos, realizações de consultas médicas através das UBS, chegando a Casa a atender aproximadamente um público geral de 3.500 pessoas ao mês, além de um circuito regional de cultura junto às escolas Municipais e Estaduais, Entidades e Praças.

OBS: As oficinas artísticas possuem um caráter sócio/cultural/educativo, funcionando como instrumento de socialização, aumento da auto-estima, transformação de comportamental, exercício de cidadania, elaboração de pesquisas e formação de grupos artísticos, ao mesmo tempo em que seguem sua linha artística específica.

QUESTÃO SOCIAL

Após vários anos de reivindicações de ampliação e reforma da Casa, conseguiu-se uma reforma considerável que trouxe melhor qualidade de atendimento a comunidade, sendo ainda construído banheiros para funcionários e um para atender deficientes físicos, e orgulhosamente uma sala de leitura que atende aos estudantes para pesquisas escolares e público em geral. A sala de leitura homenageia, por indicação da comunidade, uma das fundadoras da Casa e primeira coordenadora de cultura da região, Zilda Rosa Vieira (1.992 a 1.997). No mesmo âmbito; a participação da diretoria da Casa foi fator crucial na proposta de revitalização do largo de Piraporinha, e Plano Diretor Regional e apesar das controvérsias, com a canalização do córrego Ponte Baixa de Piraporinha, sendo a Casa palco de diversas reuniões e debates no processo de realização, culminando a proposta de ampliação da Casa, com uma das maiores votações nas reuniões de orçamento participativo (OP's) de M'Boi Mirim, além de realizar manifestações populares em prol da questão Ambiental com a MALHAÇÃO DO LIXO, para revitalização do Largo de Piraporinha por sete anos consecutivos.

Vale destacar que neste mesmo contexto, a Casa Popular completa 20 anos, com uma proposta de mudança nas suas atividades anteriormente isoladas na comunidade, integrando as outras linguagens da arte- educação cultural como um processo interdisciplinar.

DESCENTRALIZAÇÃO:

Com o processo de “descentralização”, ocorrido nesta gestão, a região de M'Boi Mirim sofreu transformações consideráveis, como a criação da SubPrefeitura de M'Boi Mirim, inaugurada em meados de 2003, desmembrando-se da antiga adm. regional de Campo Limpo. A nova Sub de M'Boi constituiu-se de dois distritos: JD: Ângela e JD: São Luis, esse ultimo no qual está inserido a Casa popular de Cultura M'Boi Mirim. Teve como primeira Subprefeita, Cristina Andressa Bezerra, a seguir Marcos Augusto Rossati.

Neste processo, as Casas de Cultura que eram administradas pela Secretaria Municipal de Cultura passaram para o gerenciamento e administração das Subprefeituras de cada região, sendo criadas diversas coordenadorias como: Saúde,

Educação, etc. Na Coordenadoria de Assistência Social e Desenvolvimento, faziam parte as Supervisões de Esporte, Segurança Alimentar, Habitação e Cultura.

A convite também do Subprefeito, ocupa o cargo no ultimo semestre da gestão (2004) como primeiro supervisor de Cultura da região Luiz Fernando Herculano, que já há alguns anos vinha realizando trabalhos sócio-culturais na Casa e na região. Passando assim a Casa de Cultura de M' Boi Mirim a ser um equipamento de cultura da Sub Prefeitura de M' Boi Mirim.

NOVA GESTÃO X AFIRMAÇÃO CULTURAL

Em 2005, inicia uma nova administração com o prefeito José Serra, é nomeado o novo Subprefeito de M' Boi Mirim; interinamente um funcionário de carreira, e em meado fevereiro o Senhor Lacir Baudusco, que juntamente consigo trouxe também um novo supervisor de Cultura, o ex-Secretario de Cultura de Itapecerica da Serra, Tião Soares que, acredita-se por questões políticas, não chegou a assumir o cargo. Este momento culminou com a posse de uma nova diretoria da Casa Popular de Cultura M' Boi Mirim.

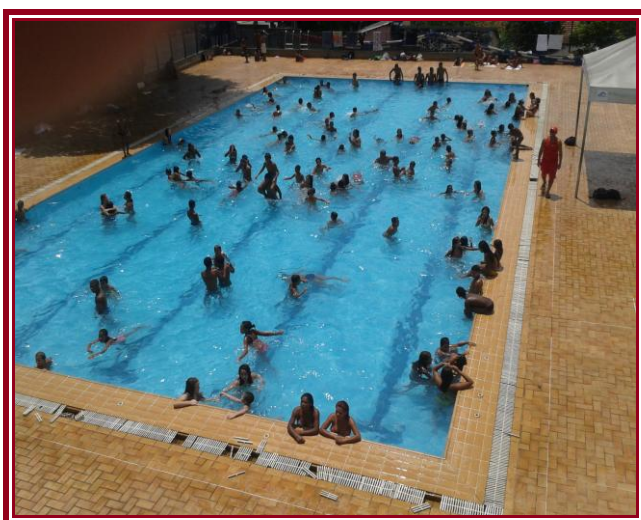
Este período deixou a desejar, pouco foi feito pelo espaço e pela região. Apesar da grande expectativa com a nova gestão e o processo de descentralização, quase nenhuma verba foi destinada para as atividades culturais.

Muitas das reivindicações que o movimento cultural a muito tempo lutava, passaram a ser política de governo, pedidos do Orçamento Participativo, passaram a ser projetos da nova gestão como por exemplo: o projeto de transformar o espaço do Sacolão em espaço cultural, já que segundo avaliação do movimento, não vinha cumprindo seu papel social, o Projeto Descobrindo Talentos em M' Boi Mirim, a Feira de Artes e Artesanato, os Fóruns e Conferencias foram chamados pelo poder público, ficando a maioria do movimento cultural isento desta decisão.

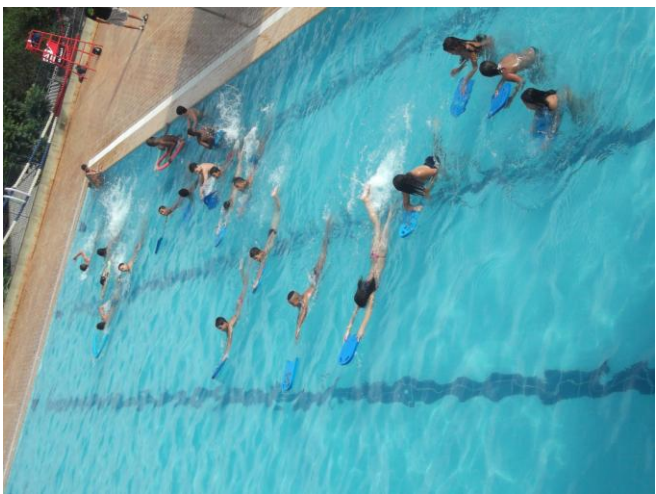
Vale ressaltar que os participantes da Casa Popular de Cultura, ainda tiveram que travar uma discussão com o poder em questão, que indicou uma Coordenadora que numa primeira reunião com a diretoria propôs conversar com um gravador ligado para as reuniões, fato que levou a comunidade pedir diversas reuniões com o poder local e na Secretaria até que ela fosse exonerada.

O distanciamento do poder público principalmente e as relações com a Secretaria de Cultura ficaram um tanto difícil, estes não se entendiam ou definiram de quem é a responsabilidade dos investimentos nas atividades Culturais da Comunidade e dos equipamentos de Cultura, a(s) casa(s) então ficaram jogadas para o fazer cultural voluntário, onde havia este trabalho. Pelas informações que tivemos, alguns desses espaços viraram verdadeiros “elefantes brancos”, somente com os funcionários públicos que infelizmente, são muito bons nos trabalhos burocráticos, deixando a desejar o fazer cultural. Algumas dessas casas, como por exemplo a “casa de Cultura da Penha”, divulgou um material na imprensa acusando a comunidade de não conhecer e não participar das boas atividades propostas para aquele espaço, coisa que outrora era feito com participação comunitária.

4. 1 Anexos (Imagens de atividades no CEU Cantos do amanhecer)







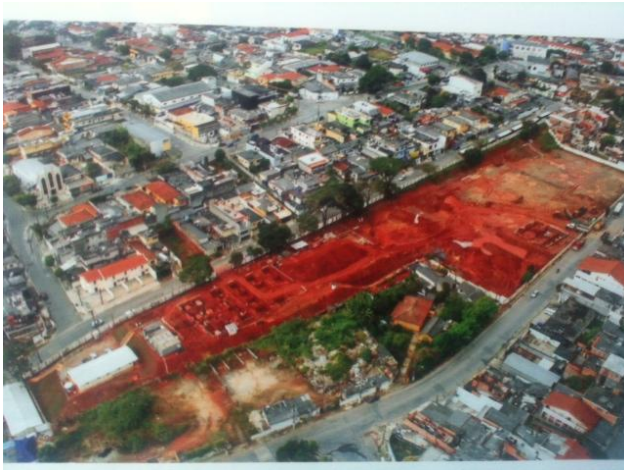








imagens panoramica da comunidade Jd Mitsutani e Piraporinha (Casa Cultura)





5. Referências Bibliográficas

ABRANCHES, M. Colegiado escolar: espaço de participação da comunidade. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBOSA, Sandra Pires. (2001). Direito à informação e controle social da Atividade Econômica. Jus Navigandi. Disponível em: <<http://www.jus.com.br/revista/texto/2078/direito-a-informacao-e-controle-social-da-atividade-economica>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

BASTOS, J. B. Gestão democrática da educação: as práticas administrativas compartilhadas. In: BASTOS, J. B. (Org.). Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 7-30.

BRASIL. Código Civil Brasileiro. Lei nº 10.406 de 10/01/2002.

_____. Constituição Federal de 1988. Brasília, Diário Oficial da União, 05/10/1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069/1990.

_____. Lei Complementar nº101, de 04 de maio de 2000. (Lei de Responsabilidade Fiscal.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases para Educação Nacional.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Manual de Orientações para a Constituição de Unidade Executora. Brasília: FNDE, 2009.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº3, de 4 de março de 1997. Brasília: FNDE, 1997a.

_____. Ministério da Educação. Resolução FNDE/CD. nº12, de 10 de maio de 1995. Brasília:1995.

BRUNO, Lúcia. Poder e administração no capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade.(Org.). Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos. Petrópolis: Vozes, 1997.

COELHO, Ricardo Corrêa. Estado, Governo e Mercado. Módulo Básico. Universidade Federal da Paraíba: UFPB, João Pessoa, 2009.

DAVIES, Nicholas. O Fundef e as Verbas da Educação. São Paulo, Xamã, 2001.

DOWBOR, Ladislau. Da globalização ao poder local: a nova hierarquia dos espaços. In: FREITAS, Marcos César de (Org.) A reivindicação do futuro. São Paulo: Corez, USF, 1996.

FRANÇA. Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: de 26 de agosto de 1789. Disponível em: < <http://pfdc.pgr.mpf.gov.br/atuacao-e-conteudos-de>

apoio/legislacao/ direitos humanos/humanos/declar_dir_homem_cidadao.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2010.

_____. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. Educação e Mudança. Prefácio de Moacir Gadotti e tradução de Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.

_____. Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo, Moraes, 1980.

_____. A educação na cidade. São Paulo, Cortez, 1991.

_____. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir e ROMÃO, José Eustáquio. Introdução - Escola e Democracia: um tema revisitado. In. Autonomia da Escola: princípios e propostas. Moacir Gadotti e José E. Romão (orgs). 6ª Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

LUDKE.E; ANDRÉ, M.E.D.A. Pesquisa em Educação: abordagens quantitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 6ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 2006.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2005.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do estado. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Angela da S. Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2006, p.91-112.

PARO, Vitor H.I. Escritos sobre Educação. São Paulo: Xamã, 2001.

Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania / Ana Fonseca, Eduardo Fagnani (orgs.). – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2013

BRASIL. MEC – Ministério da Educação e Cultura - Programa nacional de fortalecimento dos conselhos de Escola Escola. Caderno 1 ao 12 .disponível http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12619&Itemid=661. Acesso em 15/01/2014. 20h

SANTOS, Ângela Moulin Simão Penalva; GAMA, Eduardo Pereira Nogueira da. Cidadania, poder local e controle do Estado. Economia, Sociedad y Territorio, Enero-Junio, ano/vol IV, número 015. El Colégio Mexiquense, A.C, Toluca, Mexico, 2004. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/111/11101504.pdf>>. Acesso em: 30 de out. de 2011.

SIMIONATTO, Ivete. Crise, reforma do Estado e políticas públicas: implicações para a sociedade civil e a profissão. Disponível em: <http://www.artnet.com.br/gramsci/texto1.html> Acesso em: 22 out. 2005.

VEIGA, Ilma P. Alencastro. Perspectiva para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: Escola: Espaço do projeto político-pedagógico, Campinas SP, Papirus, 1998.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva, In: Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível, 7ª edição, Campinas/SP, Papirus, 1998.

VIEIRA, Liszt. Cidadania e Controle Social. In: PEREIRA, L. C. B.; GRAU, N. C.(orgs.). O Público não-estatal na reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

ZANELLA, Liane Carlos Hermes. Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração. Módulo Básico. Universidade Federal da Paraíba: UFPB, João Pessoa, 2010.